



VI CONBALF

ALFABETIZAÇÃO
E DEMOCRACIA:
DIREITO À LEITURA
E À ESCRITA

CONGRESSO
BRASILEIRO DE
ALFABETIZAÇÃO

ISSN 2763-8588

LER E ESCREVER COMO DIREITO DE TODO CIDADÃO: um relato de experiência na alfabetização de um adulto

Jaqueline Maria Coelho Maciel¹

Eixo temático: Alfabetização e educação de jovens, adultos e idosos

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência na alfabetização de um adulto, que foi motivado pelo desejo ter sua carteira de habilitação. Essa experiência mostrou que sobre as crianças é colocado o fardo de sua não aprendizagem, o que contribuiu para evasão escolar. Mas negar a alfabetização de um adulto é negar seu direito duplamente. Portanto, necessário lutar por políticas públicas não apenas de acesso, mas de garantia de aprendizagens, pois a alfabetização deixou de ser apenas uma necessidade, conforme nos apresenta Filho (2016) ela é uma questão de sobrevivência.

Palavras-chaves: Alfabetização; Adultos; Direito; Cidadania.

Introdução

Diariamente encontramos pela vida jovens e adultos que não foram alfabetizados. Alguns por não ter como frequentar a escola e outros porque não se alfabetizaram no tempo “certo”, desistindo da escola, sem se dar conta de que ser alfabetizado, frequentar a escola e ter suas necessidades atendidas é um direito seu.

O movimento de inserir esse jovens e adultos na escola novamente, ainda precisa de mais incentivo, principalmente por parte de políticas educacionais. Há a dificuldade do tempo na rotina diária, a vergonha por frequentar os bancos da escola depois de adulto, mas principalmente por falta de escolas e políticas que atenda esse perfil de estudante. Fatos que podem dialogar com as ideias de Patto sobre fracasso escolar.

Para Filho (2016) “A necessidade da apropriação da leitura e da escrita, no mundo contemporâneo, continua se impondo, uma vez que vivemos numa sociedade complexa em sua diversidade cultural.” (2016 p. 72). Conforme apresenta o autor, não é apenas questão de necessidade e sim de sobrevivência. O aluno que frequenta a Educação de Jovens e Adultos “quer sobreviver, participar, ter acesso aos bens que a sociedade já produziu, para isto torna-se fundamental a procura pelo conhecimento sistematizado.” (FILHO, 2016, p.76)

1 Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: jaqueline.maciel@sme.pmf.sc.gov.br

Neste relato de experiência retrata-se a situação de um adulto que não foi alfabetizado em sua vida escolar primária e que somente aos 40 anos sentiu a necessidade de se alfabetizar e exercer sua cidadania.

2 Ler e escrever na idade adulta

No final de 2021, recebi uma mensagem via WhatsApp de uma moradora da comunidade, perguntando se eu também alfabetizava adultos, pois seu namorado de 40 anos não sabia ler e escrever, e necessitava fazer a carteira de habilitação. Eu não tinha nenhuma experiência com educação de Jovens e Adultos, mas o fato de saber que alguém queria aprender a ler, era como se o meu passado quisesse encontrar o presente, na tentativa de trazer para o futuro, a vitória de um oprimido, um jovem que não teve a oportunidade de ser alfabetizado e que poderia depois da alfabetização abrir um novo caminho rumo ao futuro.

No dia combinado para primeira aula, ao receber o jovem em minha casa, ele estava muito envergonhado, cabeça baixa, sorriso tímido, e antes mesmo de entrar, falou algo que marcou a minha vida. Ele disse: “Jaque, eu sou burro e estava com vergonha de vir aqui, não sei se consigo não.” Eu perguntei se ele queria mesmo aprender a ler e escrever, e a resposta me fez perceber que eu não ia apenas tentar, mas alfabetizar. Ele disse: “eu tenho minha casa, meu filho, meu trabalho, minha namorada, meu carro, mas para eu ser feliz, eu preciso da minha carteira de motorista. Porque não posso ir para longe passear com minha família, pois além de não ser seguro, corro o risco da polícia me parar e ficar sem o carro que eu batalhei para conseguir.” Sensibilizada com suas palavras, disse a ele que todo mundo era capaz de aprender, e que o passo maior ele tinha dado, que era buscar ajuda. Porém, eu não tinha ideia de como começar, mas sabia que Paulo Freire poderia ajudar. Lembrei da passagem em que Freire falou sobre sua alfabetização: “Minha alfabetização não me foi nada enfadonha, porque partiu de palavras e frases ligadas à minha experiência, escritas com gravetos no chão de terra do quintal” (FREIRE, 1997, p. 3). Entendi que para ele permanecer comigo e aprender a ler e escrever, eu precisava estabelecer uma intimidade com sua experiência social.

Deste modo, iniciei contando minha trajetória e depois pedi que me contasse um pouco sobre sua vida, sua rotina e sua fase escolar. Ele me contou um pouco sobre sua família, relatou que trabalhava com jardinagem e seu hobby era pescar e passear com seu carro. Disse que estudou só até a 3ª série (assim organizado anteriormente), repetindo alguns anos, e que nunca aprendeu a ler e escrever (apenas copiava). Ia para casa com as tarefas escolares, mas nem a mãe e nem o pai sabiam ler e escrever, por isso as tarefas voltavam em branco. A professora o via como o “malandro” que não fazia as tarefas escolares (palavras

dele).

Depois de conhecer um pouco da rotina e interesses do jovem, questionei-o se o mesmo tinha habilidade no uso do computador, já que não podia levá-lo para escrever na areia da praia, quem sabe se eu apresentasse a alfabetização com cores, imagens e movimentos, sua atenção seria alcançada. Ele respondeu que apenas usava o celular, mas nem tinha conhecimento de muitos aplicativos. Como sou uma entusiasta da tecnologia, entendi que utilizar esse recurso, além de ajudar na alfabetização, poderia mostrar outros meios que estão a sua disposição.

Após um diagnóstico inicial, percebi que ele conhecia apenas algumas letras, como por exemplo iniciais de seu nome e membros da família. Por isso, senti necessidade de primeiramente apresentar o alfabeto e mostrar a importância de saber ler e escrever. Construí um alfabeto personalizado com marcas de carro, já que era um assunto que também lhe interessava e poderia fazer associações de modo mais fácil. Logo foi se apropriando e reconhecendo as letras do alfabeto.

Em outro momento, pedi para ele trazer sua certidão de nascimento e documento de identidade, e mostrou-se meio surpreso. Minha intenção era mostrar o que é ser cidadão e quais seus direitos. Dentre esses direitos era ser um motorista habilitado. Mesmo com a leitura realizada por mim, fomos conversando sobre os documentos que ele tinha, iniciando pela certidão de nascimento que lhe garantiu um nome, sobrenome e o início de sua história. Nesta conversa ele percebeu a importância de aprender a ler e escrever, sendo este um direito seu. A partir deste texto construí diversas propostas utilizando as palavras-chave (cidadão, direito, dever, identidade, etc). Depois desta aula percebi que se sentia mais motivado e encorajado. Desde então, as aulas foram elaboradas sempre a partir de um interesse e conversa da aula anterior, e em algum momento utilizávamos diversos jogos de alfabetização que estão disponibilizados na plataforma WordWall e em outros sites. Não demorou muito para vê-lo lendo as primeiras palavras. Eu ficava muito orgulhosa de cada passo que ele dava, mas ele nunca achava suficiente, pois se cobrava demais com algumas trocas que fazia.

Quando o conheci nosso contato pelo WhatsApp era através de áudio, depois que percebi que já estava lendo e escrevendo, disse a ele que só aceitava mensagem de texto e que também não mandaria mais áudio. Fiz o mesmo acordo com a namorada porque precisávamos que ele tivesse mais contato com a leitura e escrita, já que o trabalho e o lazer não o aproximam deste momento.

Logo, os jogos deixaram de ser interessantes e precisava de algo há mais que estimulasse a leitura. Algumas vezes passava tarefa para casa, como por exemplo escrever o nome de peixes ou animais marinhos com cada letra do alfabeto, nomes de praias, nomes de plantas (Já que faziam parte de seu contexto diário). Sempre estimulava a escrever do

seu jeito, sem pedir ajuda a ninguém, pois pessoalmente poderíamos trabalhar com os erros da grafia, a consciência silábica, fonológica e a relação grafema-fonema.

Analisei que ele precisava novamente de um estímulo para leitura, trouxe para aula o livro da auto-escola que meu filho havia frequentado, e seus olhos brilharam. As leituras não foram fáceis, as letras pequenas e as palavras praticamente desconhecidas para aquele jovem, mas a curiosidade e a vontade de aprender o motivavam. Primeiro eu deixava ele ler o parágrafo, depois eu lia e perguntava quais palavras ele não conhecia, e assim avançávamos na leitura e nos conhecimentos necessários para habilitação. Depois disso, passamos a fazer as provas online do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) de várias cidades, e ele mostrou-se muito esforçado. Mas sua leitura era mais lenta e as provas tinham tempo curto de término. Cada dia que avançava nos acertos, e no aumento de tempo de prova, nós comemorávamos.

Neste tempo iniciava-se a pesca da tainha e ele precisou se ausentar, com a promessa que voltaria depois da safra. Mas, depois da pesca, ele me ligou e disse que estava frequentando a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Naquele momento eu compreendi que, mesmo que a habilitação demorasse, eu havia alcançado o objetivo, mostrar que ele poderia aprender e que a escola era um direito dele.

2 Fundamentação teórica

Alfabetização e letramento têm esse objetivo: dar às pessoas o domínio da língua como instrumento de inserção na sociedade e de luta por direitos fundamentais”; (Magda Soares)

Iniciamos esse capítulo com a frase potente da eterna Magda Soares, educadora e pesquisadora que se tornou nossa maior referência de alfabetização. Como Soares (2015) afirma, lutar contra a discriminação e a injustiça é um tarefa das camadas populares, mas não apenas delas, é dever de todo cidadão que não se conforma com uma sociedade injusta. Talvez seja esse nosso maior desafio, perceber, como diz Arroyo (2012), que há Outros sujeitos, e portanto, outros modos de ser, viver, aprender, ensinar...

E conforme nos aponta Perrenoud (2004) passaram-se mais de trinta anos e “os sistemas educacionais se esforçaram para limitar as reprovações, pelo menos no ensino fundamental” (PERRENOUD, 2004, p. 36), mas, como ele afirma, “a reprovação tem uma eficácia muito limitada, [...] (PERRENOUD, 2004, P. 36). E mesmo com a implantação dos ciclos e as políticas de recuperação da aprendizagem, ainda há muito o que fazer para garantir que os estudantes se apropriem da aprendizagem e não se ausentem da escola. Outro ponto

a destacar é que não basta aprender a ler e escrever, mas ampliar para interpretação, ampliar o repertório e fazer como nos aponta Freire (1985), quando afirma,

uma das virtudes que deveríamos viver para testemunhá-las aos educandos, qualquer que seja seu grau de instrução: universitário, básico ou de educação popular, a experiência indispensável de ler a realidade sem ler as palavras. Para que inclusive, se possa entender as palavras. (1985 p. 8)

Deste modo, alfabetizar vai além de decifrar letras, palavras, frases...é o exercício de diminuir o analfabetismo funcional e mostrar que todo cidadão tem seus direitos. Freire (1987 p. 6) também vai nos dizer que o sentido da alfabetização é “aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história”. Gadotti (2013) corrobora que “direito à educação não pode ser desvinculado dos direitos sociais. Os direitos humanos são todos interdependentes.” (p. 23). Leite (2017) afirma que “ao analisar a história da educação de adultos no Brasil, fica constatado que a educação de adultos e jovens não foi vista como prioridade.” (p. 130) Gadotti (2013) também vai dizer que é necessário dar importância a aprendizagem, considerando que no Brasil se preocupam com o acesso e pouco valor se deu a aprendizagem. Gadotti (2013) também afirma que ao negar o direito fundamental de alfabetização a um adulto que não pode ser alfabetizado na idade própria, é a mesma coisa que negar duas vezes o seu direito à educação.

Leite (2017) diz também que “A formação de educadores para atuarem em turmas de jovens e adultos trata-se de um desafio como política pública pelos poderes constituídos.” (P.133). E segundo Freire (1985) a virtude do educador é aprender e viver a tensão entre o aqui e agora do educador e do aluno, compreendendo que não existe lá sem o aqui, o aqui do professor é o lá do aluno, e vice-versa. Além disso, se o aqui é um ponto de partida para chegar lá, existe também um meio do qual precisamos atravessar.

E, segundo Citelli (2000), nesses trinta anos foi possível perceber uma mudança significativa do sistema de comunicação o que conseqüentemente refletiu na escola e nos modos de aprender. Ele aponta que essas mudanças não são apenas fruto da expansão das tecnologias, mas da mudança da própria sociedade. Candau (2014) também afirma que o mal-estar que acentua-se nas escolas diante da modernização e a emergência de novos modelos de sociedade e de sujeitos, precisa ser considerado de modo mais profundo, pois é carregado de inquietudes e novas problematizações.

Para Filho (2016) ao pensar em suas experiências com os jovens, adultos e idosos, ele tem a “convicção de que a alfabetização é compromisso de vida, abertura para o diálogo. (FILHO, 2016 p.77).

4 Resultados e Discussão

Como percebemos, esse jovem teve um atraso de mais de trinta anos para que tivesse seu direito de ler e escrever, que foram convertidos em apenas três meses de uma aprendizagem para vida. Esse resultado pode ser provocado por Ferreiro (2000) quando afirma que “(...) na medida em que a escola primária continuar expulsando grupos consideráveis de crianças que não consegue alfabetizar, continuará reproduzindo o analfabetismo dos adultos.” (FERREIRO, 2000, p. 16). O fato é que hoje não se expulsam, mas os tornam invisíveis, empurrando ano a ano sem saber ler e escrever.

Ferreiro (2000) afirma que “As crianças que crescem em famílias onde há pessoas alfabetizadas e onde ler e escrever são atividades cotidianas, recebem esta informação através da participação em atos sociais onde a escrita cumpre funções sociais.” (FERREIRO, 2000, p.19). Mas, e as crianças que não tem a família alfabetizada, como foi o caso deste jovem? Resta a elas carregarem o fardo da não alfabetização? Ferreiro (2000) afirma que, as crianças levam consigo seu próprio transtorno porque a escola se exime da culpa por considerarem as crianças portadores de patologias individual e/ou social. Se por um lado a escola não teve uma ação mais próxima com a família, ou se a família não se interessou, e/ou não teve condições de buscar ajuda, pois entendiam que assim como eles não aprenderam a ler, o filho não aprenderia, o que restou a essa criança foi chamar atenção com aviões de papel dentro da sala, pelo menos ele não se sentia invisível. E, sem um olhar mais atento para sua problemática, ele seguia na escola, invisível.

Patto (1992) afirma que, há uma parcela de crianças que são apontadas como “problemáticas” na escola, e que poderiam ter os mesmos recursos de atendimento especializados, iguais as crianças ricas, que contam com apoio médico, psicológico, fonoaudiológico, etc. Porém, ela ressalva que, ainda sim corre-se o risco da escola aprofundar ou cronificar as dificuldades das crianças. De fato, o atendimento especializado oferecido nas escolas públicas nos dias de hoje tem contribuído com muitas crianças que necessitam de um diagnóstico e ajuda especializada, por outro lado, alguns estudantes só precisam de um olhar mais atento à sua singularidade para avançar em sua aprendizagem, e na maioria das vezes são diagnosticados precocemente, recebendo sobre seus ombros a responsabilidade da não aprendizagem.

Com as crianças alfabetizar era tranquilo porque eu utilizava da ludicidade para despertar a curiosidade e o interesse para aprendizagem. Mas inicialmente me perguntava: como despertar essa curiosidade e interesse em um adulto que sempre detestou a escola? Naquele momento o argumento de Shulman (2003) contribuiria com as ideias que tenho hoje, “que para ser professor, como para ser médico, não basta conhecer as últimas técnicas e tecnologias. [...] Os professores que possuem esta integridade sentem que não podem ver

um acidente e continuar. Param e ajudam. (SHULMAN, 2003 apud NÓVOA, 2017, p. 1122) Naquele momento eu só atendi o anseio daquele jovem, acreditando que poderia fazer o meu melhor. Hoje eu entendo que as técnicas e tecnologias são importantes nos dias de hoje, mas, mesmo sem termos “as últimas técnicas e tecnologias” não podemos cruzar os braços em defesa daqueles que já foram usurpado de seus direitos. Parar e ajudar aquele jovem foi a mesma coisa que olhar para mim novamente, considerando minha vida escolar, que foi salva pela Educação de Jovens e Adultos, pois foi somente com trinta anos que voltei ao banco da escola para fazer o ensino médio.

5 Considerações Finais

Podemos afirmar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda está longe do ideal, mas há iniciativas que podem contribuir para não negar novamente o direito de alfabetização dessas pessoas. Portanto, precisamos pensar na alfabetização como direito à educação a todo cidadão, e considerar a EJA como um campo de luta. Não basta incluir as pessoas na escola, é preciso garantir a aprendizagem.

A experiência de atuar na Educação de Jovens e Adultos, ainda que informalmente, possibilitou repensar sobre minha própria prática. Considerei que nem sempre estaremos preparados para as demandas que nossa profissão nos apresenta, mas não podemos optar por cruzar os braços, pois desta forma estaremos cerceando o direito de outras pessoas.

Por hora, nossa maior missão é ter compromisso com cada pessoa que chega até nós para aprender, mas buscar ações para novas políticas públicas educacionais que seja realmente inclusiva.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas**. Educação (Porto Alegre, impresso), v.37, n. 1, p. 33-41, jan./abr. 2014. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/15003>

CITELLI, Adilson Odair. Meios de comunicação e práticas escolares. Comunicação & Educação, São Paulo, [17] : 30 a 36, jan./abr. 2000.

FERREIRO, Emilia. **Com todas as letras**. São Paulo. Cortez Editora. 14ª edição. 2007

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Virtudes do Educador**. Vereda Centro de Estudos em Educação. 1985.

FILHO, Lourival José da Silva. **Alfabetização de idosos: aprendizagens da leitura e da escrita**. Debates em Educação. Maceió, Vol. 8, nº 15, Jan./Jun. 2016.

GADOTTI, **A Educação de Adultos como Direito Humano**. Revista EJA em Debate. Vol.2, n. 2. Florianópolis: IFSC, 2013.

LEITE, S. F. **As contribuições de Paulo Freire na experiência do Projeto Educativo de Integração Social** – PEIS. Revista e-Mosaicos, v. 6, p. 1-6, 2017

NÓVOA, António. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente**. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 116, p. 1106-1133, out./dez. 2017.

PATTO, Maria Helena. **O fracasso escolar como objeto de estudo dos pontos anotações sobre as características de um discurso**. Fundação Carlos Chagas. Caderno de pesquisa: São Paulo (65) p. 72 a 77, maio de 1988. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1198>

PATTO, Maria Helena. **A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro** Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771992000100011

PERRENOUD, Philippe. **Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar**. Porto Alegre: Artimed, 2004.

SOARES, Magda. **O poder da linguagem**. Pesquisa FAPESP 233. Julho, 2015. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/magda-becker-soares-o-poder-da-linguagem/>